

Campanha “#SalveAllhaDoMel” lança produtos para arrecadar fundos e promover mais ações em defesa da Ilha

A campanha [#SalveAllhaDoMel](#), lança hoje (19) uma linha de camisetas e Ecobags para arrecadar mais fundos ao movimento, que busca conscientizar a opinião pública sobre os riscos e prejuízos que seriam causados ao litoral do Paraná, caso um agressivo e duvidoso complexo industrial portuário se instale em Pontal do Paraná, no litoral do Estado.

As obras incluem um porto privado construído bem em frente à Ilha do Mel e viabilizado com dinheiro público. Só a primeira etapa da construção da Faixa de Infraestrutura sairia por R\$ 369 milhões de recursos do governo do Estado. Depois, ainda viriam uma linha de transmissão de energia elétrica, um gasoduto e um ramal ferroviário, que demandariam novos investimentos.

“Vista” e “invista” nesta causa!

A campanha #SalveAllhaDoMel já estimulou o envio de mais de 177 mil e-mails ao governo do Paraná, exigindo que a proposta como foi pensada – sem a devida consulta à população e causando enorme prejuízo ambiental e social – não siga em frente.

Para dar fôlego às ações e incremento de recursos a novos trabalhos conduzidos pelo movimento – na área jurídica, de comunicação e parcerias estratégicas, por exemplo – a campanha lançou para venda alguns produtos em apoio à causa e defesa da Ilha.

São camisetas e Ecobags com duas opções de ilustrações diferentes, disponíveis em algodão cru (produzidas com mínimo impacto ambiental) ou pretas. Elas são feitas com algodão orgânico e 100% certificado.

Toda renda adquirida será dedicada ao apoio de novas ações favoráveis à conservação e proteção dos patrimônios natural e cultural, tremendamente ameaçados pela possibilidade de construção do complexo. Parte dos recursos, também vai ser destinada a ações em benefício da comunidade e de crianças da Ilha. A expectativa da campanha é de que **televisões, projetores e outras necessidades das escolas locais possam ser atendidas com os recursos da venda dos produtos**. As opções podem ser vistas [aqui](#).

Comerciantes locais da Ilha do Mel terão a opção de comprar os produtos por um valor menor ou pegá-los em consignação. Os produtos já podem ser encontrados em **Pontal do Paraná** na loja

[FOLKS](#), em Nova Brasília, nas lojas, [BeeHouse](#) e no **Canto da Vó Maria** e na **Encantadas, na Pousada Fim da Trilha**.

Um histórico de polêmicas

Estratégias bastante duvidosas vêm sendo publicamente utilizadas por interessados na instalação do complexo industrial portuário em Pontal desde novembro de 2017. Para ser feito, mais de 500 hectares de Mata Atlântica – ou cerca de cinco milhões de metros quadrados de floresta – viriam ao chão. E isso em uma região que ainda concentra uma das últimas porções de remanescentes do bioma em bom estado de conservação do Brasil e do mundo. Restam menos de 7% de Mata Atlântica bem conservada em todo o país.

Além de comprometer violentamente a floresta, a fauna marinha, flora local e a Ilha do Mel – que é um Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) – comunidades tradicionais e indígenas que ocupam a região há séculos seriam expulsas.

Após [estimular uma série de reportagens e artigos de opinião na imprensa estadual e nacional](#) sobre os abusos de poder por trás da proposta das obras, em março deste ano, foi lançado um clipe-manifesto feito em parceria com artistas voluntários. O [clipe da música “Salve a Ilha do Mel!”](#), que leva o nome da campanha foi visto quase um milhão e meio de vezes. Ações jurídicas conduzidas pela equipe da instituição também já questionaram a concessão de licenciamentos e abertura de editais indevidos por parte do poder público.

Intenções suspensas

Atualmente, a licença prévia e o licenciamento ambiental da Faixa de Infraestrutura estão suspensos. O último anúncio foi do desembargador Cândido Alfredo Leal Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4). Em decisão tornada pública em novembro, ele disse concordar com os argumentos do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que aponta diversas nulidades no caso. A decisão vale até o julgamento do mérito da ação civil pública que tramita na Justiça e busca “evitar a ocorrência de danos ambientais e prejuízos às comunidades envolvidas (inclusive indígenas) e ao erário”, que se refere às finanças públicas.

Com a campanha, o movimento espera reforçar a ideia de que a sociedade não pode permitir que interesses individuais predominem sobre os coletivos, nem aceitar discursos de “ganância disfarçada de desenvolvimento”, como diz um dos trechos da música em defesa da Ilha.

Para comprar os produtos, apoiar a ideia e ainda contribuir com a comunidade e as crianças da Ilha, clique [aqui](#).